

Gênero e eleições municipais em Fortaleza: uma análise da candidatura de Eliane Novais (PMDB)

Araújo, Matheus Alexandre

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

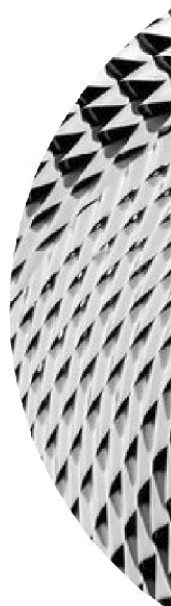
Araújo, M. A. (2017). Gênero e eleições municipais em Fortaleza: uma análise da candidatura de Eliane Novais (PMDB). *Idealogando: revista de ciências sociais da UFPE*, 1(3), 82-102. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-57534-2>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more information see: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



GÊNERO E ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE DA CANDIDATURA DE ELIANE NOVAIS (PMDB)

Matheus Alexandre Araújo¹

RESUMO

O ensaio discute o percurso da candidatura de Eliane Novais (PMDB) à Câmara Municipal de Fortaleza, analisando suas particularidades discursivas e estéticas de forma relacional com o universo simbólico do “ser mulher”, procurando apresentar formulações feministas no tocante ao machismo para captar quais as dificuldades enfrentadas por mulheres na esfera política. Aponta para uma compreensão que intersecciona a candidatura em questão, os elementos simbólicos de feminilidade acionados como estratégia eleitoral, a inserção das mulheres em disputas partidárias e institucionais e sua relação com uma organização societária, alicerçada na divisão sexual do trabalho, que dificulta a participação feminina no espaço público.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Eleições. Democracia. Desigualdade.

INTRODUÇÃO

A política, embora substantivo feminino, ainda é um local social masculino. Mesmo com conquistas, num longo processo histórico, as mulheres continuam ausentes, para não dizermos excluídas dos espaços de decisão e da participação da vida pública, em nossa democracia. O sufrágio universal foi símbolo do reconhecimento pelo Estado de que as mulheres tinham condições iguais às dos homens de gerir o público, assim como interesses próprios e visões de mundo que não se reduzem aos interesses de seus familiares. Daí em diante, mulheres passam a ter o direito de votar, a possibilidade de organizarem-se em partidos, disputarem eleições e fazerem campanhas para candidaturas femininas.

Enquanto que, para o pensamento liberal, a conquista do voto foi o ponto de chegada definitivo, mais tarde, para as feministas, ficou claro que era totalmente possível a convivência simultânea do direito ao voto das mulheres e a manutenção de uma classe política eminentemente masculina. O liberalismo desejava ignorar todas as identidades, compreendendo os indivíduos como cidadãos neutros e reduzindo, dessa forma, a relevância

¹ Universidade Federal do Ceará, Estudante de Graduação em Ciências Sociais. Email: matheus.alexander17@outlook.com

de características como o sexo. A extensão do sufrágio garantiria o tratamento igual na arena pública (PHILLIPS, 2011, p. 341)². No entanto, como argumenta Anne Phillips (2011, p. 344) “onde há grupos definíveis, há inevitavelmente interesses de grupo”.

Isso levou os movimentos pelos direitos femininos a identificarem os mais profundos meios de exclusão, levando a luta feminista a outro patamar que subvertia a ideia de indivíduo abstrato do pensamento liberal, passando de uma reivindicação apenas por isonomia e igualdade legal, para uma igualdade substantiva, questionando a dualidade do público-privado, apontando que as desigualdades de gênero no mundo do trabalho e da política estão umbilicalmente relacionadas com a divisão sexual do trabalho na vida doméstica (OKIN, 2008). As instituições passaram a ser analisadas como reprodutoras de desigualdade sexuais, em face de uma pretensa igualdade, na verdade, inexistente.

A teoria feminista passa a pontuar a natureza política da família, trazendo ao centro do debate a divisão sexual do trabalho e a impossibilidade de compreensão das esferas públicas “sem levar em conta o fato de que são generificadas”, ou seja, “o fato de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e dominação masculinas e de que ela pressupõe a responsabilidade feminina pela esfera doméstica” (OKIN, 2008, p. 320)³: o cuidado com a casa e com os filhos, mesmo que, por vezes, exerça trabalho fora do ambiente doméstico. Enquanto que ao homem é dado o papel de provedor e a responsabilidade pelo trabalho considerado produtivo.

Esses são fenômenos que consideramos indispensáveis para elaborarmos qualquer interpretação sobre a condição feminina na política, visto que os espaços políticos foram construídos nos marcos dessas socializações desiguais que tanto legitimam a ideia de que a esfera pública deve ser masculina, como fazem com que mulheres creiam que a política não seja um espaço adequado para elas. É nesse sentido que Pateman (1993, p. 16 - 17)⁴ afirma que a história das liberdades civis do contrato original oculta a história de sujeição do contrato sexual, que “a nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social

² PHILLIPS, Anne. *O que há de errado com a democracia liberal?* Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6. Brasília, julho-dezembro, 2011. p. 339-363.

³ OKIN, Susan. *Gênero, o público e o privado*. Revista Estudos Feministas. Vol. 16. N. 2, maio-agosto, 2008. p. 305-332.

⁴ Carole Pateman, *O contrato sexual* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993).

patriarcal” e que “a liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal”. Logo, falar de desigualdade nas relações sociais de sexo e feminismo é falar de política.

Em Fortaleza, capital cearense, os dados das eleições municipais de 2016 para a ocupação da casa legislativa servem como um bom retrato dessa desigualdade, falada acima. Das 43 cadeiras da Câmara Municipal, apenas seis foram ocupadas por mulheres, representando, assim, cerca de apenas 13% da casa. A candidata eleita e mais votada, entre as mulheres, recebeu um total de votos que expressa apenas 19% do número de votos do homem melhor votado – também, o primeiro colocado da casa. Se compararmos com o segundo mais votado, esse número se transforma em 46%. Ainda muito inferior. Os vinte primeiros colocados, das candidaturas eleitas, são homens⁵.

São dados que sozinhos falam bastante, mas não tudo. Há, em cada candidatura feminina, uma particularidade. Essas diferenças convertidas em desigualdades são transportadas para o momento da disputa. O ser mulher, em uma sociedade patriarcal, se manifesta, tornando campanhas eleitorais de mulheres diferentes ou não. É isso que pretendemos discutir nesse artigo, a partir de uma análise da candidatura de Eliane Novais (PMDB) ao cargo de vereadora de Fortaleza, em 2016.

DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS POLÍTICOS

Para compreendermos e analisarmos criticamente como se passam essas relações desiguais entre mulheres e homens, não partiremos tão somente de uma ótica culturalista, como fazem as vertentes pós-estruturalistas (CASTRO, 2000; BLUTER, 1990; PISCITELLI, 2002). Acreditamos que a cultura fomenta valores conservadores e reproduzem essas desigualdades. Entretanto, como afirma Mirla Cisne (2014, p. 94)⁶, “cabe-nos perguntar: De onde vem a cultura? Como ela é determinada e reproduzida? Quem a produz?”. Entendemos, portanto, que a cultura deve ser historicizada e que é a divisão sexual do trabalho, sobre a qual nos debruçaremos neste tópico, à base material das relações sociais de sexo.

⁵ Cálculos nossos, a partir de dados disponíveis em <eleições2016.com.br/candidatos-vereador-fortaleza> e <tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>; acessado em: 01/11/2016.

⁶ Mirla Cisne, *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2014.

Em primeiro lugar, é preciso compreender que a divisão sexual do trabalho é histórica e socialmente construída, logo não é imutável. Mas existem dois princípios organizadores que permanecem. São eles: 1) uma separação que determina a existência de atividades para homens e atividades para mulheres; e 2) uma hierarquização que faz com que atividades exercidas por homens sejam mais valorizadas, em detrimento das tarefas exercidas por mulheres (KERGOAT, 2000, p. 35)⁷. Assim, não entendemos a divisão sexual do trabalho como conceito meramente descritivo, comumente usado nas ciências sociais – há uma diferenciação entre os sexos nas atividades sociais. Essa abordagem é indispensável. No entanto, como argumenta Danièle Kergoat, “é necessário articular essa descrição do real com uma reflexão sobre processos nos quais essas diferenças são utilizadas para hierarquizar as atividades” (2000, p. 39).

Com o avanço do sistema capitalista houve o aprofundamento da divisão entre as esferas produtivas e reprodutivas. Essa concepção, na verdade, oculta a vinculação das duas esferas, pois o trabalho reprodutivo é necessário para o modo de produção capitalista, com uma dimensão econômica fundamental. A esfera produtiva, da produção de riqueza, é garantida pelo trabalho reprodutivo, onde se exercem atividades necessárias para a manutenção da força de trabalho: cuidado da casa, das crianças e do ambiente doméstico em geral. É o trabalho na esfera doméstica, exercido pela mulher, que possibilita o homem ter tempo suficiente para atender as necessidades das atividades profissionais, permitindo-lhe ter controle da renda familiar e, assim, exigindo da mulher uma relação de dependência. Entendemos, então, que essas duas esferas são indissociáveis, imbricadas, e não podem ser vistas isoladamente (SAFFIOTI, 2004, p. 68).

Diversas estudiosas feministas (SAFFIOTI, 2004; CISNE 2014; DELGADO, 2007) concluíram, ainda, que as mulheres não estão apenas subjugadas ao trabalho reprodutivo, mas estão inseridas nas duas esferas: a dupla jornada de trabalho. Mesmo que ela trabalhe fora de casa, é sua tarefa cumprir com o trabalho doméstico. Seja ela “dona-de-casa” ou trabalhadora assalariada, ela sofre exploração econômica do homem, no plano familiar. No trabalho extra

⁷ Danièle Kergoat, Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. et al. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000. p. 35-44.

lar, recebe menores salários e é explorada pelo empresário, pois essa divisão também estrutura as relações do trabalho produtivo, hierarquizando atividades e sexualizando a mão de obra. Portanto, conclui-se que o patriarcado não é só um sistema de dominação masculina, agindo política e ideologicamente, mas também de exploração. A exploração diz respeito ao âmbito econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50). Isso confirma o que dissemos anteriormente que a divisão sexual do trabalho não é imutável.

Essa divisão sexual do trabalho é justificada ideologicamente quando a sociedade trata o ser homem e mulher como uma condição natural, empurrando ao sexo uma suposta essência feminina e masculina. Assim, a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva, o público e o privado, é fortalecida e a hierarquia entre homens e mulheres é legitimada. Ou seja, é a divisão sexual do trabalho a base das desigualdades entre homens e mulheres, sejam elas de salários, de carreiras ou na ocupação dos espaços políticos, que é o nosso ponto de debate. Como afirmou Danièle Kergoat, ela “tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares e etc)” (1989, p. 88).

Considerar como funciona a relação “dicotômica” das duas esferas, público-privado/produção-reprodução, é fundamental, pois é a partir desses pressupostos que o Estado estabelece sua organização. No público, pela perspectiva liberal, é onde se dão as relações de mercado, as instituições políticas, a economia e os interesses coletivos em geral, que ganham expressão no Estado, por meio de suas políticas. O mundo privado diz respeito às relações da família, da vida doméstica e individual. É nesse contexto que muitas autoras feministas afirmam com veemência que o Estado não é apenas capitalista ou classista, mas também patriarcal, assim como reflete as desigualdades “raciais”/étnicas (DELGADO, 2007, p. 21)⁸.

O movimento feminista enxergou, a partir disso, a necessidade de redefinir essas esferas. As mulheres não possuem a mesma rede de contatos, instrumentos políticos, formações e tempo para participarem ativamente da política institucional, por meio de partidos

⁸ Maria do Carmo Godinho Delgado, **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo** (São Paulo, PUC, 2007).

políticos. Ocupadas com a dupla jornada de trabalho, enfrentam barreiras que as impede de estarem nas mesmas condições que homens nessas atividades.

Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral⁹, as eleições de 2016, para a Câmara Municipal, em Fortaleza, das 1.073 candidaturas, as femininas representaram apenas 30%. Nesse pleito, os homens receberam 980.002 votos, enquanto que as candidaturas de mulheres receberam 186.717, o equivalente a 19% dos votos recebidos pelas candidaturas masculinas e 14% do total de votos das candidaturas femininas e masculinas somadas.

Os três partidos (PRTB, PTC, PTN) com maior número de candidatas, tinham, ambos igualmente, 20 candidatas mulheres e, respectivamente, 45, 43 e 44 candidatos homens. Mais que o dobro. Os três partidos cumpriram a lei de cotas, que reserva o mínimo de 30% das vagas, nas listas, para candidaturas femininas, e tinham, respectivamente, 30,3%, 30,76% e 30,3%, de candidatas mulheres. Os três partidos de esquerda mais conhecidos (PCdoB, PSOL e PT) lançaram, respectivamente, 6, 11 e 16 candidaturas femininas, ao passo que as masculinas foram 15, 22 e 33. O PCdoB não cumpriu a reserva, com apenas 28,5% de candidaturas femininas, enquanto o PSOL e PT alcançaram, respectivamente, o percentual ínfimo de 33,33% e 32,6%.

Ainda que as cotas tenham sido cumpridas na maioria dos 31 partidos com candidaturas à Câmara Municipal de Fortaleza, com exceção de oito, esse arranjo especial, criado para garantir o ingresso de mulheres nos espaços legislativos, quando analisados, não impede as mais variadas formas de reprodução patriarcal nos espaços político-partidários:

Deparamo-nos, mais uma vez, com o patriarcado dinâmico, desta vez atuante ativamente, através das práticas deletérias das próprias lideranças político-partidárias (invariavelmente masculinas; que escolhem candidaturas de “mulheres laranja” sem chances, sem recursos, sem apoios de nenhuma sorte para compor os 30% das cotas nas respectivas listas partidárias (MATOS, 2015, p. 29)¹⁰.

⁹ Cálculos nossos, a partir de dados disponíveis em <tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>; acessado em: 01/11/2016.

¹⁰ MATOS, Marlise. *Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado*. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, v. Ano5 vol7, 2015. p. 24-35,.

Equivale-se, logo, pensar que a desigualdade não se manifesta apenas nas urnas. A disparidade situa-se desde a base, quando o partido não oferece condições adequadas para que a mulher, superando as dificuldades estruturais, consiga exercer sua militância. Provém disso, então, a pouca participação feminina nos diretórios municipais.

Segundo os dados da União Interparlamentar da Organização das Nações Unidas (ONU), em todo o mundo as mulheres estão submetidas a uma condição de sub-representação. A média de representação feminina no parlamento é de apenas 19,3%, combinando câmaras altas e baixas (MATOS, 2011)¹¹. O Brasil, hoje, apresenta percentuais de representação lamentáveis: apenas 9% de deputadas federais na Câmara, enquanto no Senado Federal, das 81 cadeiras, apenas 13 são ocupadas por mulheres. Com esse nível, o Brasil ocupa a 154ª posição em termos de representação feminina¹².

Apenas o fato de termos uma classe política iminentemente masculina, em um país majoritariamente feminino, com 52% da população¹³ e 51,8% do eleitorado¹⁴ composto por mulheres, é motivo razoável para questionarmos o funcionamento atual da nossa democracia representativa. Ainda nos trabalhos legislativos, as mulheres estão relegadas à exclusão, presidindo apenas uma comissão das 11 comissões do Senado e uma das 21 comissões permanentes na Câmara (MATOS, 2015, p. 24). Segundo Marlise Matos (2015), a contínua exclusão das mulheres brasileiras dos espaços político-parlamentares inscreve-se numa normatividade patriarcal que se perpetuou, ao longo da história do Brasil, o que a autora classifica como “patriarcado institucional”.

Assim, o patriarcado está nas esferas públicas e também privadas de forma continuada e sistêmica, mantendo operante e funcional o padrão dos privilégios políticos masculinos, mesmo lá onde não deveria (ou não poderia) estar, como estamos vendo: no âmago da democracia representativa brasileira e mundial, na constituição mesma das regras de nosso sistema político-eleitoral (MATOS, 2015, p. 28).

¹¹ MATOS, Marlise. Recentes Dilemas da Democracia e do Desenvolvimento no Brasil: porque precisamos de mais mulheres na política?. *Sinais Sociais*, v. Vol. 5, 2011. p. 110-142.

¹² Ver site **Women in national parliaments**. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>; acessado em 07/09/2017.

¹³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>>; acessado em: 07/09/2017.

¹⁴ Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>; acessado em: 07/09/2017.

Como discutem as autoras Panke e Iasulaitis (2016, p. 394)¹⁵, as causas da exclusão das mulheres da esfera pública não acontecem apenas por uma variável, mas por fatores materiais e simbólicos que “reduzem a competitividade daquelas que se candidatam e atrapalham a carreira política daquelas que se elegem” (MIGUEL, 2010, p. 25)¹⁶. Como já discutimos, as mulheres acumulam, no mínimo, duas ou três jornadas de trabalho (SAFFIOTI, 1987, p. 15), tendo motivos suficientes para não ingressarem na carreira política. No entanto, é pertinente falar de um conjunto de problemas que provocam a baixa representação de mulheres nas instâncias políticas.

É necessário pensarmos, ainda, como funciona a legislação eleitoral brasileira no que tange às mulheres. Como pontua Luis Felipe Miguel (2011, p. 146), as cotas são reservas para candidaturas, não para cadeiras no parlamento. Além disso, os partidos políticos e coligações não são obrigados a cumprir essas cotas e reservar 30% das vagas para mulheres, nas listas de candidaturas. Marlise Matos argumenta que essas peculiaridades dessa legislação junto às regras do sistema eleitoral de representação proporcional com listas abertas “têm clara e abertamente beneficiado as candidaturas masculinas, revelando e mantendo um padrão já arraigado de que os homens largam em grande vantagem em relação às mulheres” (MATOS, 2015, p. 121).

Alterações no sistema eleitoral poderiam facilitar maior elegibilidade de mulheres. No entanto, os debates recentes sobre reforma política no parlamento ignoram, continuamente, a sub-representação feminina sem que nenhuma medida eficaz seja tomada para reverter esse quadro, indicando a “sistemática reprodução de significados patriarcais na indiferença estatal em relação à condição de exclusão das mulheres do espaço da representação política” (MATOS, 2015, p. 28). Através dessas omissões, o Estado contribui para a reprodução das desigualdades de gênero no coração de nossa democracia.

Se um grupo está sendo sub-representado/excluído das atividades políticas, outro grupo está sendo beneficiado por isso e tornando-se mais poderoso. Anne Phillips propõe que

¹⁵ PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, p.385-417, ago. 2016.

¹⁶ MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 18, n° 36, p. 25-49, jun. 2010.

devemos ir além dos pressupostos epistemológicos do liberalismo e que a democracia deve lidar conosco não apenas como indivíduos, mas também como grupos, não os tomando isoladamente, pois “quando as características dos eleitos se desviam em grau significativo daquelas do eleitorado como um todo, há um caso claro para dizer que algo está errado” (PHILLIPS, 2011, p. 342).

ELIANE NOVAIS E SUA CANDIDATURA À CÂMARA MUNICIPAL EM 2016

TRAJETÓRIA POLÍTICA

Servidora pública aposentada, Eliane Novais Eleutério Teixeira foi dirigente sindical. Integrou, também, a diretoria na Companhia de Água e Esgoto do Ceará, até que, em 2005, tornou-se chefe de gabinete do vereador Sérgio Novais, seu irmão, em seu mandato na Câmara Municipal de Fortaleza. Em 2007, Eliane assume a segunda vice-presidência estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 2008, pelo mesmo partido, foi eleita vereadora com 10.308 votos, sendo a mulher mais votada de Fortaleza e uma das duas únicas mulheres entre as dez candidaturas eleitas com melhor percentual de votos, ocupando a oitava posição atrás de sete candidaturas masculinas. Em 2010, junto de oito colegas partidários homens e uma mulher, foi eleita deputada estadual, com 42.301 votos, sendo 30 mil apenas na capital, consagrando-se como a candidata do PSB com mais votos em Fortaleza. Em 2014, foi candidata à governadora. Em 2015, junto de seu irmão, migra do PSB para o PMDB, onde, então, lançará sua candidatura de retorno à Câmara Municipal, em 2016.

A CAMPANHA DA ‘DIFERENÇA’

Pretendemos, neste tópico, realizar uma breve análise de conteúdo da campanha eleitoral de Eliane Novais (PMDB), em 2016, observando como a candidata formula, em sua campanha virtual, estratégias discursivas e estéticas na construção de sua imagem, bem como a forma que apresenta ser portadora de valores provenientes de outros âmbitos da vida social para angariar apoio à sua candidatura e afirmar sua presença no espaço público. Faremos isso

através de um exame de sua atuação nas redes sociais, em especial o Facebook¹⁷, e do seu material impresso.

Para tanto, cabe pontuar que partimos do pressuposto que a estética é um componente que integra o ritual político e, portanto, os processos eleitorais estão carregados de códigos e signos. Há, na política, uma dimensão simbólica (BARREIRA, 2008, p. 17)¹⁸. É dentro dessa dimensão que manifestam-se os marcadores de gênero que fazem com que candidatas sejam lidas a partir de certos estereótipos ou não. Segundo Panke e Lima (2016)¹⁹:

A palavra estereótipo pode ser definida como uma imagem mental padronizada, tida coletivamente por um grupo, refletindo uma opinião demasiadamente simplificada, atitude afetiva ou juízo incriterioso a respeito de uma situação, acontecimento, pessoa, raça, classe ou grupo social (PANKE; LIMA, 2016, p. 63).

Os estereótipos de gênero são visões hegemônicas sobre o papel que homens e mulheres devem cumprir. Dessa forma, eles podem interferir, ainda que de forma inconsciente, nas decisões e comportamentos políticos de uma sociedade, pois naturalizam determinadas características, como a crença de que aos homens se destina o espaço público e às mulheres o espaço privado. Como argumenta Panke e lasulaitis, “quando uma pessoa categoriza outro indivíduo em função de seu sexo, ela infere a existência de características relacionadas a seu gênero de acordo com padrões apreendidos socialmente” (2016, p. 389).

Tais estereótipos levam as pessoas a interpretarem mulheres como portadoras de características como sensibilidade, compaixão, gentileza e cuidado, enquanto os homens são compreendidos como líderes, firmes, agressivos e objetivos. Mulheres candidatas procuram, assim, superar tais estereótipos, apresentando as qualidades necessárias para ocupar o cargo em disputa, ou mesmo lançar mão deles como capital simbólico e estratégia de *marketing*, visando o aumento de apoio a sua campanha.

¹⁷ Página de Eliane Novais no Facebook <facebook.com/elianenovaisinstitucional>; acessado em 01/11/2016.

¹⁸ BARREIRA, Irllys. **Imagens Ritualizadas**: Apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Campinas, SP: Pontes Editora, 2008.

¹⁹ PANKE, Luciana.; LIMA, Alice. Tipologias de gênero feminino no discurso eleitoral. O caso da esquerda brasileira em 2014. **Cuestiones de gênero**: de la igualdad y la diferencia, 2016. p. 57-73.

A campanha de Eliane Novais foi marcada pelo slogan “para fazer a diferença por toda Fortaleza”. As publicações, em sua página oficial, e os materiais impressos sempre carregavam um texto que expunha a candidata como portadora de “qualidades que a sociedade deseja de alguém que ocupa o parlamento. Tem o passado limpo e história de luta. Como vereadora e deputada estadual, já foi testada e aprovada”. A pequena apresentação da candidata sugere uma história pessoal e política que constituem um perfil de “mulher experiente” e “mulher de luta” (BARREIRA, 2008, p. 58), fazendo referência a sua militância sindical, bem como ao capital político adquirido com sua experiência nas instituições e na vida partidária. Essas características seriam “símbolos de credibilidade difundidos como espécies de passaporte para a vida política” (BARREIRA, 2008, p. 59). Uma espécie de “ficha política”. Ela novamente fez menção de sua “biografia política” em uma de suas postagens de campanha. Destacamos em negrito, a seguir, trechos que, por nós, foram considerados importantes para análise e debate:

Sempre enfrentamos as lutas, mesmo quando são difíceis. Andamos de cabeça erguida porque **nossa campanha e nossa história tem valor**. Devemos isso aos nossos amigos e apoiadores, que nos dão força até hoje. Quando você trabalha com o povo e para o povo, você vê que **é possível fazer mandatos limpos, honestos e conscientes**. **Servir é um dom que deve ser usado em prol do bem comum. Pra fazer a diferença. Por toda Fortaleza** (24/08/2016).

A candidata, sem hesitar, fez menção aos dois gêneros em suas publicações:

Em clima de **união, solidariedade, esperança e força**, damos as mãos ao compromisso de uma caminhada digna, onde cada **cidadão e cidadã** será reconhecido e respeitado. (16/08/2016)

Amigos e amigas, convido a todos para o primeiro adesivo da nossa campanha. Amanhã, 20/08, no nosso comitê, no Shopping Salinas, loja 09. Esperamos por você de 8h às 17h. Chamem os amigos e familiares. **Vamos, lado a lado**, com entusiasmo e fé, trilhar o caminho de volta a Câmara Municipal de Fortaleza. Conto com o apoio de cada um! **Um grande abraço**. (19/08/2016)

Vamos lutar por uma educação profissionalizante de qualidade, que forme **cidadãos e cidadãs** conscientes de seus papéis na sociedade e que estejam bem preparados para o mercado de trabalho. (29/08/2016)

Nestes exemplos, a candidata realça a cidadania da mulher e a sua existência enquanto participante de um processo eleitoral, não usando categorias masculinas como

universalizantes. Isso se revela como uma tentativa de subversão da dualidade entre o público e o privado. Sendo o primeiro espaço o lugar em que os interesses coletivos ganham expressão no Estado e, por ser uma esfera historicamente para homens, é onde o masculino ganha força de universal. Uma linguagem que contempla o feminino aponta, portanto, que a palavra “homem” não serve para contemplar a categoria “ser humano” e que esse suposto universalismo não é neutro.

Nota-se ainda, na primeira publicação aqui destacada, a menção a forças de expressão que evocam sentimentos e afetos envolvidos em sua candidatura. Evidencia-se, também:

Agradeço de coração a todos que estiveram, ontem, na carreata pelos bairros Bom Jardim, Granja Portugal, Conjunto Ceará. Bairros grandes, populosos e carentes de atenção em muitos aspectos. Mesmo com as dificuldades relativas ao saneamento básico, a infraestrutura, por exemplo, os moradores não perdem a crença de que é possível sim fazer uma **política diferente**. Fico **muito grata em ver manifestações de carinho e apoio** de cada um de vocês. (...) **Abraços calorosos, apertos de mão, olhares de cumplicidade. Demonstrações de afeto, como essa, fazem renascer em mim, a cada instante, a garra** para voltar à Câmara Municipal e, outra vez, defender nosso povo (12/09/2016).

Fico muito feliz em saber que em todos os lugares de fortaleza posso andar de cabeça erguida e ser recepcionada **com muito carinho**. **Com muita tristeza**, constatei as dificuldades vividas pelos moradores do bairro que tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm). Carência de serviços, falta de segurança, saneamento básico extremamente precário, desemprego e tantas outras mazelas. **Tudo isso poderia ser evitado se houvesse uma gestão diferenciada** (16/09/2016).

Fico muito feliz de receber o carinho e o apoio de amigos que sabem da minha luta **para fazer uma política limpa, que priorize o povo e essa cidade que tanto amo!** Esse depoimento é da minha amiga Teresinha Ferreira, mulher forte, que realiza juntamente com uma competente equipe, um belo trabalho em prol da Santa Casa de Misericórdia do nosso estado. Muito obrigada pelas palavras (27/09/2016).

A estrutura discursiva da candidatura de Eliane Novais passa pelo enaltecimento de elementos afetivos, entendidos como qualidades diferenciadoras. É como se a sua capacidade tivesse que ser mostrada não apenas nos feitos, mas também no coração e nas expressões de

afeto. Como afirma Irllys Barreira, “o discurso feminino na política é signatário de um lugar a ser construído, que passa pelo enaltecimento de qualidades típicas da mulher e qualidades masculinas também presentes” (2008, p. 72).

Percebe-se a ênfase dada pela candidata às questões sociais relacionadas à pobreza e desigualdade, ao passo que é presente a mobilização de símbolos considerados tipicamente femininos, como amor, carinho e cuidado (SANTOS, 2017, p. 742)²⁰ relacionando-os a valores humanitários. Essa associação, por sua vez, informa um lugar feminino na política, pois sugere o uso de estereótipos comumente atribuídos a mulheres para apresentar-se como representante das comunidades vitimadas pela exclusão social e cativar mais apoio do eleitorado. Segundo Panke e Lasulaitis, “as mulheres são consideradas mais interessadas e mais eficazes para lidar com questões sociais e de bem-estar, como assistência à criança, pobreza, educação, cuidados com a saúde, questões de gênero e meio ambiente” (2016, p. 391). Características como “cuidado” e “altruísmo” como componentes fundamentais a um mandato estão em evidência, também, no jingle de sua campanha:

E pra fazer a diferença por toda Fortaleza. Agora só tem um jeito: em 15.100 vou votar. Eliane Novais **pra cuidar da saúde, pra cuidar da educação**. Vem Eliane, **trazer mais esperança**. A Fortaleza **num só coração**. Vem Eliane, **trazer mais respeito**. Em 15.100 eu vou votar!
Uma mulher trabalhadora: Eliane Novais nossa vereadora.

A candidata tenta imprimir uma imagem em que seus valores morais são virtudes necessárias para o exercício do mandato. Os dotes pessoais que porta, como um olhar atento e diferente de ver o mundo, são transformados em capital político, induzindo um reconhecimento positivo de sua condição de gênero:

O suicídio é um sério problema de saúde pública no Brasil e no mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), temos em nosso país, cerca de 800 casos de suicídio por ano. Estatisticamente falando, o Brasil está em oitavo lugar nas Américas quando o assunto é o número de vítimas decorrentes de suicídios. Esses dados são alarmantes. **Olhar com atenção e carinho** para quem sofre, é uma questão urgente (06/09/2016).

²⁰ SANTOS, Yumi Garcia Dos. Gênero, trabalho e cuidado: continuidades e descontinuidades. **Cad. Pesqui.** [online]. 2017, vol.47, n.164. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000200016&lng=en&nrm=iso>; acessado em 01/09/2017.

Não poderia deixar de vir outra vez em um dos nossos mais lindos cartões postais, a feirinha da Beira Mar. Temos compromissos assumidos com os permissionários a luta por construção de banheiros públicos, acesso a iluminação própria e segura, e estrutura física adequada. **Olhar por nossa feirinha** é investir em turismo, geração de emprego e renda, e qualidade de vida. Essa luta é nossa! Pra fazer a diferença! Por toda Fortaleza, venha conosco (29/09/2016).

Servir ao próximo é um dos meus lemas de vida. Em minha trajetória política não é diferente. Durante todos esses anos, conheci muitas pessoas, e cada uma delas, ao seu modo, impactou **meu olhar sobre o mundo** (26/09/2016).

Há, também, uma valorização dos símbolos “femininos”, na campanha de Eliane Novais, fortemente associada ao desempenho de vários papéis na esfera familiar: filha, esposa, mãe, tia:

Com muita coragem assumo esse compromisso com todos vocês. **O dom de servir eu herdei do meu pai**, e com esse entendimento caminharei durante essa jornada. Temos uma candidatura diferenciada, criativa e cheia de ousadia. Com base no sentimento coletivo, chegaremos à Câmara Municipal (17/08/2016).

Hoje, 21/08, Mário Coutinho, **meu marido, completaria 60 anos de vida!** Então, presto aqui, minha homenagem pelo **imenso amor dedicado aos nossos filhos e ao nosso eterno amor! Saudades do nosso aconchego familiar!** Obrigado por tanto amor durante sua existência ao meu lado! **Meu carinho, minha saudade e meu agradecimento!** Nosso eterno amor, Eliane Novais, Mario Sérgio, Daniel e Arthur! (21/08/2016).

Morrendo de amores com esse vídeo que acabei de receber. **Essa minha afilhada linda, Sophia, de 5 anos.** Minha pequena já sabe nosso jingle e arrasou na performance. Com essa torcida, tenho certeza que faremos bonito no dia 02 de outubro. **Com pureza e esperança de uma criança, vamos acreditar que sempre é possível construir uma Fortaleza melhor!** (29/09/2016).

A “herança de servir” do pai emerge como um dom de família, uma espécie de herança genética, o que tornaria sua atuação na política mais legítima e “diferenciada”. A candidata aciona, também, nexos entre o público e a intimidade, publicizando aspectos da vida íntima que sejam capazes de transferir créditos positivos ou negativos de uma esfera para a outra. Há o uso da imagem de uma criança como portadora de sentimentos como “pureza” e “esperança”. Esses, por sua vez, são apresentados como relevantes na esfera política e, estando presentes

em sua corrida eleitoral, como elemento especial na construção de capital político. Como argumenta Irllys Barreira, “as eleições constituem momento paradigmático de construção e apropriação de valores sociais amplos para o campo da política” (2008, p. 114).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim perseguido nas páginas anteriores caminhou no sentido de apresentar algumas observações introdutórias sobre aspectos da divisão sexual do trabalho, relacionando-os com a representação política feminina, entendendo-a como uma forma de passagem das mulheres da esfera doméstica para a pública, e tomando como escopo analítico pronunciamentos virtuais e materiais de campanha da candidata Eliane Novais.

A desigualdade entre os gêneros relega as mulheres à vida doméstica e as impõe uma série de dificuldades na ocupação de espaços políticos. Como discutimos, a legislação eleitoral, a dupla carga de trabalho, o descrédito na vida partidária ou mesmo a pouca expressão eleitoral de suas candidaturas são algumas expressões desse patriarcado dinâmico, presente na tirania familiar e nas instituições que omitem-se em face dessa exclusão. Nesse sentido, a condução da candidatura de Eliane Novais pode ser lida como um “rito de passagem”: no ingresso à esfera pública, o manejo de símbolos e estratégias discursivas, por parte da candidata, reafirma que mulheres adentram a esfera político-parlamentar por meio de ritualidades específicas que sejam capazes de romper “barreiras” (BARREIRA, 2008, p. 115). Esse manuseio pode ser entendido como o controle da opinião pública baseada nas versões apresentadas a respeito da sua biografia política e pessoal, perpassada pela imagem de “mulher experiente” e “mulher virtuosa” oriunda de uma família harmoniosa, sendo essa ideia também correlata ao papel tipicamente associado à mulher na vida familiar. Tal manejo é realizado acionando qualidades consideradas necessárias para que alguém desempenhe um papel de representante, destacando afetividades e supostos dons herdados.

Eliane Novais ativou, em toda sua campanha, duas variáveis importantes: a “experiência” e a “diferença”. A primeira sugerindo liderança e credibilidade, ao passo que a segunda esteve sempre associada a uma estrutura de valores e universo afetivo compreendidos como fundamentais para transformar a esfera política. A diferença, portanto, trata-se de uma novidade no campo político. cremos que, neste caso, a candidata ensejava

utilizar símbolos considerados “femininos”, tais como sensibilidade, honestidade e cuidado, ao mesmo tempo em que apelava para signos considerados “masculinos”, como liderança e experiência. Levantamos a hipótese de que isso ocorreu para não apresentar-se apenas com traços considerados “de mulher”, a ponto de correr o risco de ser considerada inapta para o cargo, nem apresentar-se só por descrições entendidas socialmente como “de homem”, para não ser lida como “masculina demais”.

Conferimos, portanto, que estereótipos de gênero não impossibilitam a participação das mulheres na vida política, tampouco deixam ser utilizados em processos eleitorais. Ao contrário, a candidata em questão soube articular perfeitamente valores outorgados à feminilidade e esfera político-parlamentar, transformando-os em capital político e em uma afirmativa de um espaço público em construção, também capaz de aglutinar sentidos e imaginários simbólicos de outros âmbitos da vida social naturalizados, hoje, às mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, Irllys. **Imagens Ritualizadas**: Apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Campinas, SP: Pontes Editora, 2008.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de governo e ação política feminista**: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/PUC, 2007.

Eleições 2016. **Candidatos/Vereadores eleitos em Fortaleza**. 2016. Disponível em <eleicoes2016.com.br/candidatos-vereador-fortaleza>. Acessado em: 01/11/2016.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001, p.167-206.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Distribuição da população brasileira por sexo**. 2010. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.htm>. Acessado em: 07/09/2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, Cebap, n. 86, mar. 2010, p. 93-103.

_____. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: HIRATA, Helena. Divisão capitalista do trabalho. São Paulo: **Revista Sociologia USP**, 1989. Cap. 3. p. 88-96

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. et al. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000, p. 35-44.

MATOS, Marlise. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, v. Ano 5 vol7, 2015. p. 24-35.

_____. Recentes Dilemas da Democracia e do Desenvolvimento no Brasil: porque precisamos de mais mulheres na política?. **Sinais Sociais**, v. Vol. 5, p. 2011.110-142.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 18, nº 36, jun. 2010. p. 25-49.

MIGUEL, Luis Felipe. Mulheres e espaços de poder no mundo. In: Seminário autonomia econômica e empoderamento da mulher, 2011, Rio de Janeiro. **Textos acadêmicos**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão; Ministério das Relações Exteriores, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001. p. 253-67.

_____; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 16. N. 2, maio-agosto 2008, p. 305-332

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, ago. 2016. p.385-417.

_____; LIMA, Alice. Tipologias de gênero feminino no discurso eleitoral. O caso da esquerda brasileira em 2014. **Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia**, 2016. p. 57-73.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6. Brasília, julho-dezembro de 2011, p. 339-363.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Yumi Garcia Dos. Gênero, trabalho e cuidado: continuidades e discontinuidades. **Cad. Pesqui.** [online]. 2017, vol.47, n.164. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000200016&lng=en&nrm=iso. Acessado em 01/09/2017.

Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais resultados**. 2016. Disponível em <tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>. Acessado em: 01/11/2016.

Women in national parliaments. 2017. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acessado em 07/09/2017.

ABSTRACT:

This essay discusses the course of Eliane Novais candidacy (PMDB) to the city council of Fortaleza, analyzing its discursive and aesthetic particularities relationally with the symbolic universe of "being woman", trying to present feminist formulations regarding machismo to capture what difficulties women face in the political sphere. It points to an understanding that intersects the candidacy in question, the symbolic elements of femininity intersection as an electoral strategy, the insertion of women into party and institutional disputes and their relationship with a corporate organization, based on the sexual division of labor, which hampers female participation in the public space.

KEYWORDS: Gender. Elections. Democracy. Inequality.

Recebido em: 15/06/2017

Aprovado em: 13/10/17